A INCLUSÃO DO SURDO NO ENSINO REGULAR E A IMPORTÂNCIA DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM E NA COMUNICAÇÃO

IVONETE SANTOS DE ALMEIDA DA SILVA

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo mostrar uma análise e entender como ocorre à inclusão do Surdo no ambiente escolar, os obstáculos enfrentados durante sua trajetória. Destaca alguns impedimentos à sua comunicação e aprendizagem, a dificuldade na compreensão da Língua Portuguesa, que é a língua oficial do Brasil, por ter como sua língua materna a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e a ausência de profissionais capacitados para atender a necessidade do Surdo dentro do ambiente escolar. A barreira auditiva e as estratégias inadequadas fazem com que o aluno Surdo desista de estudar. Seguiu numa direção histórica na abordagem de métodos como Oralismo, Comunicação Total e Bilinguismo. A luta para o reconhecimento da LIBRAS como língua, promulgação da legislação para a garantia de acessibilidade do Surdo na escola e na sociedade em diversos locais, possibilitando sua aprendizagem, sua autonomia e sua independência. Apresenta ideias de pesquisadores e suas contribuições na direção das reivindicações e nas mudanças conquistadas para os direitos do cidadão Surdo.

Palavras-chave: SURDO; INCLUSÃO; LIBRAS

INTRODUÇÃO

Com as conquistas históricas e a promulgação de leis garantindo direitos básicos aos Deficientes, a inclusão passou a ser uma prática obrigatória nas escolas regulares e com o Surdo não poderia ser diferente, a limitação do Surdo está na barreira da comunicação e há uma língua diferente que se for inclusa no ambiente escolar a barreira deixa de existir. Com a inclusão do Surdo no ensino regular houve a necessidade de mudanças curriculares e nas ações do professor para o ensino-aprendizagem do aluno Surdo, embora não haja obrigatoriedade de domínio da língua de sinais para o professor, a lei garante que o intérprete faça a conexão aluno professor, professor aluno. Porém, para que se tenha êxito nas aprendizagens e na comunicação é preciso fazer adaptações, na utilização dos recursos pedagógicos, principalmente recursos visuais e o conhecimento na estrutura da língua de sinais.

Muito comum é a criança Surda, de pais ouvintes, chegar à escola sem conhecer a língua de sinais assim como seus familiares também não terem conhecimento da língua materna do Surdo. É fundamental e muito importante a utilização da LIBRAS, sem ela, fazer a inclusão do Surdo no contexto escolar e no convívio social se torna muito mais difícil. O grande desafio é que todos os envolvidos nesse processo tenham o conhecimento e prática na LIBRAS, não apenas para que o aluno se aproprie do conhecimento científico, mas para que tenha independência escolar e social, que consiga se comunicar em todos os ambientes.

Há algumas questões que precisam ser respondidas, para que os objetivos no processo de ensino-aprendizagem e a comunicação possam fluir dentro e fora da sala de aula, como: no ensino regular o aluno surdo com os demais ouvintes ocorre à integração ou a inclusão? O que fazer com um aluno surdo na sala de aula regular? Há autonomia e independência do aluno Surdo no espaço escolar?

A pesquisa bibliográfica, de diferentes autores e seus conceitos, direcionam ao tema “A inclusão do Surdo no ensino regular e a importância da Língua Brasileira de Sinais no processo de ensino-aprendizagem e na comunicação”. Com o objetivo de analisar e entender como ocorre à inclusão do Surdo, compreender as dificuldades do Surdo no ambiente escolar.

Nessa direção à pesquisa aborda um breve histórico da educação dos Surdos passando pelo Oralismo, Comunicação Total e o Bilinguismo, a conquista da Comunidade Surda e a legislação que garante sua acessibilidade.

Ao final da pesquisa conclui-se que os objetivos serão atingidos com a confirmação ou não da importância do uso da Libras, as adaptações necessárias para a comunicação em LIBRAS como recursos para a aprendizagem, autonomia e independência do aluno Surdo no ensino regular.

DESENVOLVIMENTO

A INCLUSÃO

Na sociedade a pessoa com deficiência era considerada incapaz, muitas famílias abandonavam o deficiente, era isolado da sociedade, sofria discriminação e preconceito, foi com as lutas e as reivindicações que as famílias e os deficientes conquistaram um espaço de reconhecimento de seres iguais aos não deficientes, com necessidades diferentes para agir nos espaços sociais, incluindo assim a educação escolar. Na história da educação especial houve muita luta para os deficientes obtivessem as suas conquistas.

A inclusão escolar está articulada a movimentos sociais mais amplos, que exigem

maior igualdade e mecanismos mais equitativos no acesso a bens e serviços ligados a sociedades democráticas que estão pautadas no mérito individual e na igualdade de oportunidades, a inclusão propõe a desigualdade de tratamento como forma de restituir uma igualdade que foi rompida por formas segregadoras de ensino especial e regular. A escola justa e desejável para todos não se sustenta unicamente no fato de os homens serem iguais e nascerem iguais. (MONTOAN, 2006, p.16).

A inclusão, na teoria e documental tem expectativa assertiva, porém na prática no ambiente escolar está no início da caminhada, com resistências, transferências de responsabilidades, mas ela está presente e é preciso comprometimento de todos os envolvidos na educação escolar.

A meta da inclusão é desde o início, não deixar ninguém fora do sistema escolar, que deverão adaptar-se as particularidades de todos os alunos (...) a medida que as práticas educacionais excludentes do passado vão dando espaço e oportunidades a unificação das modalidades de educação regular e especialmente em um sistema único de ensino caminha – se em direção a uma reforma educacional mais ampla em que todos os aluno começam a ter suas necessidades educacionais satisfeitos dentro da educação regular. (MONTOAN, 1997, p.16).

Os desafios são muitos e os profissionais devem buscar adaptações de suas práticas, considerar as aprendizagens dos alunos, entendendo como cada um assimila, aprende e desenvolve suas aprendizagens, a inclusão deve ser realizada por todos. A proposta da educação inclusiva é garantir a acessibilidade de todos com necessidades educacionais especiais no ensino regular. A Declaração de Salamanca destaca e reafirma o direito a todos à educação, documento que trata de princípios e das práticas da Educação Especial, lançado na Conferência Mundial referente a necessidade educacional especial, realizada em junho de 1994 na Cidade de Salamanca – Espanha.

A Declaração de Salamanca (1994) traz uma interessante e desafiadora concepção de Educação Especial ao utilizar o termo "pessoa com necessidades educacionais especiais" estendendo-o a todas as crianças ou jovens que têm necessidades decorrentes de suas características de aprendizagem. O princípio é que as escolas devem acolher a todas as crianças, incluindo crianças com deficiências, superdotadas, de rua, que trabalham, de populações distantes, nômades, pertencentes a minorias linguísticas, étnicas ou culturais, de outros grupos desfavorecidos ou marginalizados. Para isso, sugere que se desenvolva uma pedagogia centrada na relação com a criança, capaz de educar com sucesso a todos, atendendo às necessidades de cada um, considerando as diferenças existentes entre elas. (PAULON, 2005, p.20).

Ainda afirma Paulon:

A formação do professor deve ser um processo contínuo, que perpassa sua prática com os alunos, a partir do trabalho transdisciplinar com uma equipe permanente de apoio. É fundamental considerar e valorizar o saber de todos os profissionais da educação no processo de inclusão. Não se trata apenas de incluir um aluno, mas de repensar os contornos da escola e a que tipo de Educação estes profissionais têm se dedicado. Trata-se de desencadear um processo coletivo que busque compreender os motivos pelos quais muitas crianças e adolescentes também não conseguem encontrar um "lugar" na escola. (PAULON, 2005, p.21).

Apesar da garantia do AEE – Atendimento Educacional Especializado, para atender as necessidades especificas, eliminar barreiras, organizar recursos pedagógicos que garantam a acessibilidade, para que na prática o aluno tenha seus direitos garantidos, atinja sua aprendizagem na vida escolar, para que tenha progresso é preciso mudanças em toda área escolar. Para o aluno Surdo o sistema educacional precisa ter conhecimento na língua de sinais para que haja comunicação entre ouvintes e surdos. A capacitação não pode ficar restrita a professores, se assim for, a inclusão ficará limitada à sala de aula. O Surdo tem acesso a outros ambientes da escola, convive com outros alunos e profissionais, da forma como ocorre sem a acessibilidade total a inclusão é parcial.

A LIBRAS – LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS.

As línguas de sinais não são universais, para ter validade e ser reconhecido os sinais oficialmente é preciso seguir uma organização e cada país tem a sua, com a estrutura gramatical e linguística. Como ocorre na LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais de que é a língua de sinais utilizadas pelos Surdos que vivem no Brasil, é uma língua com a modalidade gesto-visual e utiliza-se de parâmetros que formam os níveis linguísticos.

É fundamental o uso correto dos cinco parâmetros que há na LIBRAS, que são: CM – Configuração de mãos, que seria como está a posição da mão de dominância no momento inicial do sinal. O PA – Ponto de Articulação, que é o lugar onde está a mão na realização do sinal, podendo ser um espaço neutro ou em uma parte do corpo. O M – Movimento, têm alguns sinais que têm movimento outros não. O movimento é a deslocação da mão no espaço durante a execução do sinal. A O/D – Orientação ou Direcionalidade, alguns sinais têm uma movimentação direcional como para frente ou para trás, para cima ou para

baixo, para a esquerda ou para a direita. A EF/C – Expressão facial e corporal, que é o complemento que o sinal necessita para que seja compreendido, dará um melhor entendimento na comunicação, expressão sentimentos e emoções.

Os parâmetros combinados formam um sinal, que formará uma palavra e a frase, junto com expressões não manuais em um determinado contexto.

Para ser reconhecida como uma língua, a LIBRAS teve uma trajetória de segregação, de opositores e métodos duros para com os Surdos, que foram excluídos da sociedade. Tiveram muitas "lutas" reivindicadoras ao longo da história até a homologação da legislação, que fornece bases legais para a utilização da LIBRAS reconhecendo-a como língua oficial de comunicação da comunidade surda brasileira.

A LIBRAS foi oficializada como língua no Brasil pela Lei Federal nº 10.436 de 24 de abril de 2002, regulamentada pelo Decreto Federal de nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005. Com a oficialização houve avanços para a comunidade surda no ensino bilíngue e na comunicação em diversos locais da sociedade. Com a legislação tornou-se obrigatório a disciplina na grade curricular nos cursos de professores e de fonoaudiologia, preparando profissionais para a comunicação e suas práticas.

[A língua de sinais], nas mãos de seus mestres, é uma língua extraordinariamente bela e expressiva, para a qual, na comunicação uns com os outros e como um modo de atingir com facilidade e rapidez a mente dos surdos, nem a natureza nem a arte lhes concedeu um substituto à altura. Para aqueles que não a entendem, é impossível perceber suas possibilidades para os surdos, sua poderosa influência sobre o moral e a felicidade social dos que são privados da audição e seu admirável poder de levar o pensamento a intelectos que de outro modo estariam em perpétua escuridão. Tampouco são capazes de avaliar o poder que ela tem sobre os surdos. Enquanto houver duas pessoas surdas sobre a face da Terra e elas se encontrarem, serão usados sinais. J. SCHUYLER LONG Diretor da Iowa School for the Deaf The sign language (1910)

A promulgação da legislação garante os direitos, porém a exclusão pode continuar existindo, percebida em contexto educacional e social, isso acontece pela falta de preparo das pessoas em se relacionar com o diferente. Muitas conquistas já tiveram, superaram muitas dificuldades, mas é preciso que haja a efetivação dos direitos em toda âmbito social, como em teatros, shows, estabelecimentos comerciais, cinemas com legendas nos filmes nacionais, congressos, seminários dentre outros e principalmente ampliação de escolas bilíngues.

2.3 EDUCAÇÃO DO SURDO NO BRASIL.

As pesquisas comprovam que a surdez pode ser moderada, severa ou profunda. Há surdez congênita e a surdez adquirida por algum motivo, por vírus como o da rubéola, sífilis, toxoplasmose, citomegalovírus, pela meningite bacteriana, as decorrentes de medicações ototóxicas e há casos de perdas auditiva provocadas por partos traumáticos, prematuridade (abaixo de 1500g) e icterícia intensa.

A LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais é o meio de comunicação sinalizante entre os ouvintes e os surdos. A LIBRAS foi criada a partir da língua de sinais da França com a chegada do francês Eduard Hernest Huet a convite do Dom Pedro II. Huet apresentou documentos e a proposta de educação para os Surdos, solicitou ao Imperador um estabelecimento para ensinar os Surdos brasileiros e no dia 26 de setembro de 1857 inauguram o Instituto de Surdos-Mudos do Rio de Janeiro, hoje o Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES, marco da educação dos Surdos no Brasil. No início utilizou-se da Língua de Sinais. Em 1911 adota-se o método oral puro - Oralismo seguindo determinações do II Congresso Internacional de Surdos-Mudos, em Milão, que após votação dos participantes aboliram oficialmente a Língua de Sinais e adotaram o método Oral puro – Oralismo como a melhor forma de ensinar o Surdo.

O Oralismo percebe a surdez como uma deficiência que deve ser minimizada pela estimulação auditiva. Essa estimulação possibilitaria a aprendizagem da língua portuguesa e levaria a criança surda a integra-se na comunidade ouvinte e desenvolver uma personalidade como a de um ouvinte. Ou seja, o objetivo do Oralismo é fazer uma reabilitação da criança surda em direção à normalidade. (GOLDFELD, 2002, p. 34).

Acreditando ser a melhor maneira de ensinar o Surdo, o método é adotado em diversos países e no Brasil, que vigorou por um longo período, o Surdo usando o aparelho auditivo para ampliar os sons, utilizando o treinamento auditivo, desenvolvimento da fala e a leitura labial. Estudos e pesquisas revelam que com o método houve grandes perdas educacionais aos Surdos, como de acordo com Sacks (1990, p.21), "o Oralismo e a supressão do sinal resultaram numa deterioração dramática das conquistas educacionais das crianças surdas e no grau de instrução do surdo em geral".

"A falta de uma linguagem tem graves consequências para o desenvolvimento social, emocional e intelectual do ser humano. O valor fundamental da linguagem está na comunicação social, em que as pessoas fazem-se entender umas peças outras, compartilham experiências emocionais e intelectuais e planejam a condução de suas vidas e

a de sua comunidade. A linguagem permite comunicação ilimitada acerca de todos os aspectos da realidade, concretos e abstratos, presentes e ausentes. Permite também reinventar o mundo cultural para além da experiência física direta do aqui e agora".(CAPOVILLA, 2004, p. 19-20).

Os Surdos não conseguiam se comunicar de maneira satisfatória com os ouvintes e continuavam a utilizar a língua de sinais, constatando o fracasso do Oralismo.

Outro método foi adotado, a Comunicação Total, que chega ao Brasil com a educadora de surdos da Universidade de Gallaudet Ivete Vasconcelos. É uma proposta para o uso da oralização e do gestual, não sendo o Oralismo a prioridade, mas mais uma possibilidade de integração do Surdo na sociedade ouvinte. Esse método beneficiou o retorno à prática do uso de sinais que havia sido proibido com o Oralismo, porém são usados apenas como um recurso para o ensino da língua oral, aqui no Brasil o "português sinalizado". O método combina gestos, mímicas, língua de sinais e o oralismo. Sacks critica essa forma comunicativa de bimodalismo.

Há uma compreensão de que algo deve ser feito (diante do oralismo): mas o quê? Tipicamente, usando os sinais e a fala, permita aos surdos se tornarem eficientes nos dois. Há outra sugestão de compromisso, contendo uma profunda confusão: uma linguagem intermediária entre o Inglês e o Sinal (ou seja, o Inglês Sinalizado). Essa confusão vem de longa data – remonta aos "sinais Metódicos" de De l'Epée, que foram uma tentativa de expressão intermediária entre o Francês e o Sinal. Mas, (...) não é possível efetuar a transliteração de uma língua falada em Sinal palavra por palavra, ou frase por frase – as estruturas são essencialmente diferentes. Imagina-se com frequência, vagamente, que a língua de sinais é Inglês ou Francês: não é nada disso; é ela própria, Sinal. Portanto, o "Inglês Sinalizado", agora favorecido com um compromisso, é desnecessário, pois não precisa de nenhuma pseudolíngua intermediária. E, no entanto, os surdos são obrigados a aprender os sinais não para ideias e ações que querem expressar, mas pelos sons fonéticos em inglês que não podem ouvir. (SACKS, 1990, p.47).

Esses dois momentos da história, os métodos utilizados (oralismo e bimodalismo), ainda estão presentes nas escolas, com as pesquisas e os resultados dos estudiosos há um despertar na Comunidade Surda, com mais informações e saberes entendendo que foram prejudicados, despertando e percebendo a importância da língua de sinais.

Estudos apontam para uma proposta mais adequada para o ensino às crianças surdas, considerando assim a língua de sinais como a língua natural, enfatizando que o Surdo tem o direito de aprender na língua de sinais e a nova proposta surge, o Bilinguismo.

(...)o reconhecimento da pessoa surda enquanto cidadã integrante da comunidade surda com o direito de ter assegurada a aquisição da língua de sinais como primeira língua; o uso de sinais na escola para garantir o desenvolvimento cognitivo e o ensino de conhecimentos gerais; o ensino da língua e a inclusão de pessoas surdas nos quadros funcionais das escolas. (QUADROS, 1997, p.40)

A proposta do bilinguismo é muito recente no Brasil, as pesquisas comprovam que é o método mais eficaz para que o Surdo tenha sucesso na vida escolar e na comunicação com os ouvintes.

[...] contrapõe-se ao modelo oralista porque considera o canal viso gestual de fundamental importância para a aquisição de linguagem da pessoa surda. E contrapõe-se à comunicação total porque defende um espaço efetivo para a língua de sinais no trabalho educacional; por isso advoga que cada uma das línguas apresentadas ao surdo mantenha suas características próprias e que não se 'misture' uma com a outra (LACERDA, 1998, p.10).

As crianças surdas filhas de pais ouvintes, representam a maioria dos surdos, com a ausência da língua de sinais na família e predominando a língua oral há muitas perdas no desenvolvimento da linguagem. Por outro lado, as crianças surdas de pais surdos são diferentes, o contato com a língua de sinais desde bebê desenvolve a linguagem na L1 (LIBRAS) de forma natural não ocorrendo perdas na linguagem. Mesmo a criança sendo filha de pais ouvintes é fundamental que ela tenha contato com a língua de sinais, por meio de adultos surdos, comunidade surda, associações e outros, para não ter privação de linguagem, que sabemos se desenvolve pela interação com outra pessoa que tenha o domínio. É direito da criança surda receber ensino na sua língua natural.

O Bilinguismo tem como base a língua de sinais como a primeira língua e a segunda a Língua Portuguesa-LP, no caso do Brasil. Sendo a LP somente na modalidade escrita independente da capacidade auditiva.

Aprendendo palavras e expressões na Língua Portuguesa por meio da LIBRAS o Surdo terá melhor compreensão do significado, fará a ligação da escrita ao significado, se apropriando da leitura e da escrita, possibilitará o avanço no desenvolvimento escolar por meio das duas línguas.

O fato de passar a ter contato com a língua portuguesa trazendo conceitos adquiridos na sua própria língua possibilitará um processo muito mais significativo. A leitura e a escrita podem passar a ter outro significado social se as crianças surdas se apropriarem da leitura e da escrita de sinais, isso potencializará a aquisição da leitura e da escrita

do português (QUADROS, 2005, p.33)

O método foi uma conquista dos Surdos, com suas pesquisas, suas reivindicações e dos seus direitos como cidadão. Marca sua identidade, desenvolve sua cultura, comunica-se com surdos e ouvintes e obtêm progresso escolar. Conforme afirma GOLDFELD, 1997, P.138 "O surdo não precisa almejar uma vida semelhante ao ouvinte, podendo assumir a sua surdez".

Surge um novo caminhar, uma metodologia que atenda e respeite os aspectos culturais do Surdo. Por ser uma língua viso espacial na alfabetização com a LIBRAS, é possível utilizar vários métodos, adaptações e estratégias para atingir as necessidades do aluno Surdo, principalmente associar recursos visuais como o uso de imagens, fotos e vídeos com o significado e/ou objetos concretos, sempre com a palavra escrita para que o aluno Surdo possa associar e memorizar a imagem ao conceito, a escrita. Durante esse processo ocorre o desenvolvimento da habilidade de comunicar-se, há o desenvolvimento cognitivo e emocional. Apesar de todo o progresso, o ideal e o que é defendido pelos Surdos, é que desde a Educação Infantil o aluno Surdo tenha aulas com professores Surdos. A presença do Surdo de referência apresenta benefícios na proposta do bilinguismo.

Primeiro, a criança, tão logo tenha entrado na escola, é recebida por um membro que pertence a sua comunidade cultural, social e linguística; assim, ela começa a ter oportunidade de criar a sua identidade. Segundo essa criança começa a adquirir a sua língua natural. Tais vantagens são imprescindíveis para o sucesso da proposta bilíngue. (QUADROS, 1997, p. 30).

Pesquisadores também sugerem que os conteúdos trabalhados no bilinguismo devam ser na LIBRAS, a L1 e a leitura e escrita na Língua Portuguesa a L2, para isso o professor necessita ter conhecimento das duas línguas, para a escrita e para a comunicação, ou seja, para a educação do Surdo na proposta Bilíngue requer domínio da língua de sinais para que atinja o sucesso na educação do Surdo.

O maior desejo da Comunidade Surda é que a criança surda tenha seus direitos respeitados e a Pedagogia Surda faz parte de suas lutas. Ter o ensino-aprendizagem mediado pelo professor surdo em sala de aula mesmo na escola regular.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa apresenta uma breve trajetória histórica da educação do Surdo. Do oralismo destaca a aprendizagem pela oralidade, acreditando que o Surdo pode se apropriar e comunicar-se por meio da fala.

Os estudos e pesquisas comprovaram que não era um método eficaz, surge uma nova metodologia a Comunicação Total usando todos os recursos possíveis, mímicas, gestos, língua de sinais e oralismo para chegar à aprendizagem e à comunicação, porém também não houve sucesso, o uso simultâneo de sinais e fala dificultava a aprendizagem, comunicação e interpretação.

Na sequência chega o Bilinguismo ensino-aprendizagem na LIBRAS como L1 e Língua Portuguesa como L2 com valorização da língua natural, iniciando já na Educação Infantil para ter êxito na aprendizagem e na comunicação.

Há a defesa dos Surdos para uma Pedagogia Surda, para que a criança surda tenha professores surdos mesmo que no ensino regular, pois trará segurança na transferência de cultura, valorização da língua e identidade surda.

Com a análise e as reflexões da trajetória da educação dos surdos, sobre a acessibilidade, inclusão, legislação e a importância da LIBRAS para a comunicação, atendimento do Surdo em todas às áreas da escola é evidente que para o Surdo se sentir incluso, parte do grupo escolar, participar ativamente das propostas é fundamental e muito importante que todas as pessoas do seu convívio na unidade escolar tenham conhecimento da Língua Brasileira de Sinais.

Aos educadores é importante conhecer o processo histórico para que assim possam construir práticas pedagógicas com coerência e reflexão, para não repetir erros e equívocos, respeitando a história do Surdo. Oferecer sempre materiais ricos em estímulos visuais já sabendo que o aluno Surdo terá facilidade visual devido sua língua materna ser viso espacial.

Pesquisas confirmam que no ensino regular o que ainda acontece é a interação do Surdo, fica limitada ao intérprete e nem sempre esse pode realizar a mediação entre o Surdo e o ouvinte além da sala de aula.

A educação do Surdo deve ser bilíngue desde a Educação Infantil. O ensinoaprendizagem por meio da L1 – língua de sinais, língua natural de aquisição da linguagem e no Brasil a LIBRAS – Língua brasileira de sinais e como segunda língua a L2 a Língua Portuguesa na modalidade escrita.

É fundamental que os professores que atuam diretamente com Surdos e quem ainda não teve essa experiência que conheçam a trajetória da Educação dos Surdo. Com o conhecimento poderão refletir, construir e adaptar suas práticas pedagógicas com objetivos de atender à necessidade, o desenvolvimento e a aprendizagem do aluno Surdo.

A LIBRAS – Língua brasileira de sinais, é o principal meio para que aconteça a inclusão com respeito, responsabilidade e comprometimento, com práticas pedagógicas

adequadas que atendam o direito do aluno Surdo e que realmente aconteça a inclusão em todo o ambiente escolar e se estenda para a comunicação e acessibilidade em toda a sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, Ministério da Educação. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005.

Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Casa Civil - Presidência da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20042006/2005/decreto/d5626.htm>. Acesso em: 15 abril 2019.

BRASIL, Ministério da Educação. Leis: 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Casa Civil - Presidência da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/L10436.htm>. Acesso em: 15 abril 2019.

CAPOVILLA, Fernando; CAPOVILLA, Alessandra. O desafio da descontinuidade entre a língua de sinais e a escrita alfabética na educação bilíngue do surdo congênito. In:___.

Linguagem e cérebro humano – contribuições multidisciplinares. Porto Alegre: Artmed, 2004.

GESSER, Audrei. LIBRAS? Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

GOLDFELD, Márcia. A criança surda – linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista. 2ª ed. São Paulo: Prexus, 1997.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. Um pouco da história das diferentes abordagens na educação de surdos. Caderno Cedes, vol. 19, nº 46. Campinas, 1998.

MANTOAN, Maria Teresa Egler; PIETRO, Rosangela Gavioli; ARANTES, Valeria Amorim, organizadora. Inclusão Escolar: pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2006.

PAULON, Simone Mainieri; FREITAS, Lia Beatriz de Lucca; PINHO, Gerson Smiech. Documento subsidiário da política de inclusão. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005.

QUADROS, Ronice Müller de. Educação de Surdos: a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artes Médicas. 1997.

QUADROS, Ronice Müller de. O bi do bilinguismo na educação de surdos. In:__. Surdez e bilinguismo. Porto Alegre: Editora Mediação, 2005.

SACKS, Oliver. Vendo Vozes: uma viagem ao mundo dos surdos. Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.